

# economia & história



## A Política do Apaziguamento, o Tratado de Versalhes e as Origens da Segunda Guerra Mundial: Um Breve Comentário

JOSÉ FLÁVIO MOTTA (\*)

*“My good friends, for the second time in our history, a British Prime Minister has returned from Germany bringing peace with honour.*

*I believe it is peace for our time...*

*Go home and get a nice quiet sleep.”*

Neville Chamberlain,  
30 de setembro de 1938.<sup>1</sup>

Em inícios de 2021, a Editora Planeta do Brasil lançou, por seu selo Crítica, a tradução em português do livro do jovem historiador britânico Tim Bouverie intitulado *Negociando com Hitler: a desastrosa diplomacia que levou à guerra*. O volume havia sido publicado originalmente em inglês, em 2019, na Grã-Bretanha, com o título *Appeasing Hitler: Chamberlain, Churchill and the Road to War* e, nos Estados Unidos, com o título *Appeasement:*

*Chamberlain, Hitler, Churchill, and the Road to War*.

Um ano depois, em janeiro de 2022, a Netflix tornou disponível em seu catálogo para os assinantes brasileiros o filme *Munique: no limite da guerra* (*Munich: the Edge of War*). Produzida pela própria empresa de *streaming*, a película foi dirigida pelo alemão Christian Schwochow, e contou entre seus protagonistas com o ator britânico Jeremy Irons, desempenhando o papel de Neville

Chamberlain e, entre os coadjuvantes com o ator alemão Ulrich Matthes, no papel de Adolf Hitler. Os bastidores da Conferência de Munique, ocorrida em setembro de 1938, compõem o tema do filme, que em seus créditos declara a inspiração no romance histórico *Munich*, do escritor inglês Robert Harris, publicado em 2017.<sup>2</sup>

Esse interesse renovado na política do apaziguamento (*appeasement*) teve seu corolário, também em

inícios de 2022, quando aquela política foi lembrada por inúmeros analistas em suas manifestações sobre as turbulências que então se tornavam mais graves na Ucrânia. Uma rápida consulta à internet permite ilustrar esse ponto com algumas das análises vindas à luz entre janeiro e fevereiro deste ano.

No Brasil, por exemplo, em artigo de opinião publicado em 31 de janeiro de 2022 na revista eletrônica *Consultor Jurídico (ConJur)*, o desembargador Rogerio de Oliveira Souza identificava, nas reações (ou na falta delas) do Ocidente ao comportamento ofensivo da Rússia de Vladimir Putin, desde a anexação da Crimeia em março de 2014, muitas semelhanças com a política do apaziguamento que antecedeu a deflagração do segundo conflito mundial. O desembargador concluía seu artigo de forma pouco otimista:

As semelhanças históricas e políticas são muitas, guardadas as diferenças de cenário e de atores políticos atuais. O que importa ressaltar, todavia, é o que a História nos ensinou no passado, a fim de que não esqueçamos a lição não aprendida pelas gerações passadas. Se repetirmos o mesmo tipo de resposta conciliatória (o famoso *appeasement*) que os políticos de outra época utilizaram, o resultado será o mesmo, ou seja, o crescimento e o fortalecimento de ditaduras em todo o mundo e uma permanente

ameaça de guerra às democracias. (SOUZA, 2022)

Na Inglaterra, em artigo publicado no *The Guardian* aos 22 de fevereiro de 2022 (portanto, apenas dois dias antes do início da “guerra de Putin”), Ian Bond, ex-diplomata britânico, diretor de política externa do *Centre for European Reform*, um *think tank* independente, igualmente apontou as semelhanças do contexto atual com o do apaziguamento, e ressaltou a oportunidade de uma ação que se beneficiasse do aprendizado fornecido pelo passado: “*Western leaders now grappling with Russia’s escalating aggression have one advantage over Neville Chamberlain in 1938: they know that appeasement can have disastrous consequences*” (BOND, 2022).

Esses dois exemplos são suficientes para justificar meu objetivo neste artigo, qual seja, tecer um breve comentário sobre as origens e consequências da política do apaziguamento, enfatizando as relações entre tal política, o Tratado de Versalhes (1919) e o advento da Segunda Guerra Mundial (1939). Meu comentário dialoga com um reduzido recorte da historiografia disponível sobre o tema, com o que, evidentemente, descarto qualquer pretensão de um tratamento exaustivo. Começo pelo livro de Tim Bouverie acima mencionado, no qual o autor fornece uma definição do *appeasement* como “*a tentativa de Inglaterra e França de evitar uma guerra via concessões ‘razoáveis’* aos agravos alemães e italianos durante os anos 1930”. (BOUVERIE, 2020, p. 11)

Uma ênfase mais exclusiva na Alemanha de Hitler, compreensível e muitas vezes passível de ser inferida nas interpretações dos episódios ocorridos na década de 1930, talvez tenha facilitado as aproximações feitas por muitos analistas com os recentes avanços da Rússia de Putin no século XXI. Essa ênfase, por exemplo, pode ser ilustrada recorrendo-se à síntese histórica da Segunda Guerra Mundial de autoria de Robert A. C. Parker:

Appeasement meant getting a peaceful Germany. To do this British governments mixed conciliation and coercion, attempts to arrange the peaceful solution of legitimate German grievances with threats of resistance to German aggression. (PARKER, 2001)

Não obstante, um entendimento mais amplo pode se mostrar mais acurado. Veja-se, por exemplo, o trecho seguinte, de Osvaldo Coggiola, em livro igualmente dedicado ao tema da Segunda Guerra Mundial:

A política de “apaziguamento” remontava à tolerância com a invasão japonesa da Manchúria em 1931, passou pela vista grossa à invasão italiana da Etiópia em 1935, atingiu a vergonha com a política de “não intervenção” na guerra civil espanhola de 1936-1939 (quando a aju-

da nazifascista ao campo franquista foi fundamental para o desfecho do conflito), continuou quando a Alemanha anexou a Áustria em 1938, provocando poucas reações das outras potências europeias, e teve seu ponto culminante com a Conferência de Munique de 1938 (Alemanha, Itália, Grã-Bretanha, França) e sua consequência imediata, o desmembramento da Checoslováquia pela Alemanha (com a invasão dos Sudetos, uma área da Checoslováquia com uma população predominantemente alemã). (COGGIOLA, 2015)<sup>3</sup>

Esse conjunto de eventos elencados por Coggiola dá margem a que se apontem algumas características do período entreguerras, nas quais se podem identificar, ao menos em parte, as origens da política de apaziguamento. De um lado, a sedimentação de uma ferrenha vontade de se evitar a repetição dos horrores da Primeira Grande Guerra; de outro, os problemas, em certa medida causados por aquela mesma vontade ferrenha, decorrentes das negociações levadas a cabo em Paris, das quais resultou a assinatura do Tratado de Versalhes, aos 28 de junho de 1919.

Valho-me uma vez mais de Tim Bouverie, que fornece uma clara explanação acerca da primeira das características acima mencionadas:

O desejo de evitar uma nova guerra mundial era talvez o mais compre-

ensível e universal da história. Mais de 16,5 milhões de pessoas morreram durante a Primeira Guerra. Os ingleses perderam 723 mil; os franceses, 1,7 milhão; os russos, 1,8 milhão; o Império Britânico, 230 mil; os alemães, mais de 2 milhões. [...] Entre os sobreviventes, praticamente ninguém deixou de ser afetado. Quase todos tinham pai, marido, filho, irmão, primo, noivo ou amigo morto ou mutilado. Quando acabou, nem os vitoriosos poderiam sentir-se como tal. [...] Nos anos subsequentes, o mantra era tão consistente quanto determinado: “Nunca mais!”. (BOUVERIE, 2020, p. 10)<sup>4</sup>

Um posicionamento tão fortemente difundido como esse, como bem observa Bouverie, inevitavelmente exerceria imensa pressão sobre políticos, tais como o inglês Neville Chamberlain e o francês Édouard Daladier, conformando significativo condicionante de sua atuação ao longo daquele período, a exemplo de sua participação na Conferência de Munique. Tal pressão seria extremamente difícil de contrariar:

Durante a maior parte da década de 1930, os líderes democraticamente eleitos da Inglaterra e da França estavam certos de que suas populações não apoiariam uma política que levasse ao risco de guerra e agiram de acordo com essa percepção. (BOUVERIE, 2020, p. 13)

No entanto, esse desejo de impedir a ocorrência de um novo conflito

mundial decerto foi também um dos elementos subjacentes aos termos ajustados da Paz de Paris, em 1919. Nesse sentido, vale a pena lembrar rapidamente, acerca das negociações realizadas em Versalhes, as considerações delineadas por John Maynard Keynes em seu livro *As consequências econômicas da paz*. Assim, essa vontade de coibir quaisquer possibilidades de uma nova grande guerra pode ser entendida como uma das causas daquilo que Keynes (2002, p. 53) caracterizou como “(...) a seriedade com que as potências vitoriosas se empenharam na sujeição econômica do inimigo derrotado”.

Escrito em 1919, esse livro resultara da experiência do autor como participante das negociações de paz e, sobretudo, refletia suas discordâncias com os resultados dessas negociações. O próprio Keynes apontou, no prefácio do volume, esses condicionantes que o levaram a escrevê-lo:

O autor deste livro esteve associado temporariamente ao Tesouro inglês, durante a guerra, tendo servido como seu representante oficial na Conferência de Paz de Paris até 7 de junho de 1919; substituiu também o *Chancellor of the Exchequer* no Conselho Econômico Supremo, deixando essas funções quando ficou evidente que não se poderia esperar uma modificação substancial na minuta das condições da paz. (KEYNES, 2002, p. XXXI)

O célebre economista inglês procurou evidenciar o que chamou de “*sentido destrutivo da Paz de Paris*”, uma vez que o Tratado que selava o término da guerra implicava o uso abusivo pelos vencedores do “*poder momentâneo da sua vitória para destruir a Alemanha e a Áustria-Hungria, que jazem prostradas*” (KEYNES, 2002, p. 2).<sup>5</sup> Uma ilustração dos abusos cometidos em Versalhes foi fornecida por Keynes em sua análise acerca das reparações exigidas pelos vencedores. As estimativas do autor indicavam sobejamente que tais exigências não poderiam ser cumpridas (cf. KEYNES, 2002, cap. V). Mais ainda, ele defendeu o entendimento de que, assim agindo, as nações construtoras da paz “*estão convidando a sua própria destruição, por estarem tão profunda e indissolavelmente ligadas às suas vítimas, por vínculos econômicos e espirituais ocultos*” (KEYNES, 2002, p. 2).<sup>6</sup>

Dessa forma, com fundamento em estudos como o de Keynes, poder-se-ia afirmar que, se o Tratado de Versalhes tinha por objetivo sedimentar a paz, suas disposições, ao fim e ao cabo, tiveram o efeito de um tiro pela culatra! Como bem observou Araripe (2012, p. 232), “*avaliações extremas sobre o Tratado confluem para uma conclusão única e questionável: sua responsabilidade pela Segunda Guerra Mundial*”.<sup>7</sup>

Não obstante, as imperfeições da Paz de Paris foram se tornando evidentes àqueles que vivenciaram o

intervalo entreguerras, e compuseram um dos elementos do que Frederico Mazzucchelli (2009, p. 17) denominou a “*fragilidade da estruturação internacional que emergiu após a Primeira Guerra Mundial*”. O que traz novamente à berlinda a discussão acerca da política do apaziguamento. Retomando as palavras de Robert Parker reproduzidas alguns parágrafos acima, tal política era composta por um misto de conciliação e coerção. No que diz respeito à conciliação, é possível relacioná-la, em alguma medida, a uma espécie de compensação pelos termos abusivos do Tratado de Versalhes. Isto fica evidente, ao menos no tocante à posição inglesa, no comentário seguinte, de Mazzucchelli (2009, p. 325):

[...] a Inglaterra reconhecia a legitimidade de algumas das reivindicações dos revisionistas [do Tratado de Versalhes, isto é, Alemanha, Japão e Itália-JFM], fato que chegou a gerar compreensíveis embaraços em suas relações com a França, notadamente quando eram as demandas da Alemanha que estavam em questão. Para os ingleses, as disposições de Versalhes não necessariamente eram inatacáveis ou pétreas.

Em sua vertente de conciliação, portanto, o apaziguamento teria atuado no sentido de amenizar as consequências deletérias da Paz de Paris, ao permitir que fossem descumpridos, ao fim e ao cabo, os termos negociados em 1919.<sup>8</sup>

Contudo, à sua vez, a vertente da coerção não forneceu o devido e/ou esperado contraponto às concessões efetivadas. Para tanto, contribuiu o esforço de Inglaterra e França direcionado à manutenção de seus domínios imperiais; um esforço, em verdade inviável e já anacrônico, de preservação de um *status quo* prévio à Primeira Grande Guerra. Recorro uma vez mais a Mazzucchelli para apresentar essa explicação, ao menos parcial, para o fracasso da faceta coercitiva presente na política do apaziguamento:

Tanto a Inglaterra quanto a França procuraram, por todos os meios, evitar a guerra. Sucede que, em última instância, nunca estiveram devidamente preparadas para evitá-la. Não que não dispusessem dos recursos econômicos ou militares para fazê-lo. O que ocorre é que seus recursos e sua energia estavam dispersos na sustentação e defesa de seus vastos impérios. Desse modo, enquanto a Alemanha, a Itália e o Japão aceleraram a escala de seu rearmamento e concentraram suas ações expansionistas em torno de objetivos definidos geograficamente, as duas potências ocidentais tornaram-se prisioneiras de seus interesses em escala mundial. (MAZZUCHELLI, 2009, p. 325)

Do exposto até aqui, o que então se poderia afirmar acerca das origens da Segunda Guerra Mundial?<sup>9</sup> O novo conflito mundial teria sido

uma consequência direta dos termos do Tratado de Versalhes? Ou responsabilidade maior deveria ser imputada à política de apaziguamento? Mas esta última não foi também um resultado de Versalhes? Evidentemente, na complexa urdidura através da qual passa a trama da história, relações de causa e efeito amiúde não se apresentam de modo tão óbvio.

Todavia, é possível sugerir a concordância com dois entendimentos presentes na historiografia. O primeiro pretende deixar clara a insuficiência da busca de um “único culpado” do fracasso do mantra “consistente e determinado” (o “Nunca mais!”), prevalecente no pós-Primeira Guerra e referido por Bouverie. Vale a pena, para sedimentar esse entendimento, transcrever a crítica contundente de Margaret MacMillan a uma ênfase desmedida no Tratado de Versalhes como fator causal por excelência da Segunda Grande Guerra:

Hitler did not wage war because of the Treaty of Versailles, although he found its existence a godsend for his propaganda. Even if Germany had been left with its old borders, even if it had been allowed whatever military forces it wanted, even if it had been permitted to join with Austria, he still would have wanted more: the destruction of Poland, control of Czechoslovakia, above all the conquest of the Soviet Union. He would have demanded room for the German people to expand and

the destruction of their enemies, whether Jews or Bolsheviks. There was nothing in the Treaty of Versailles about that.

The peacemakers of 1919 made mistakes, of course. By their off-hand treatment of the non-European world, they stirred up resentments for which the West is still paying today. [...] If they could have done better, they certainly could have done much worse. [...] They could not foresee the future and they certainly could not control it. That was up to their successors. When war came in 1939, it was result of twenty years of decisions taken or not taken, not for arrangements made in 1919. (MACMILLAN, 2003, p. 493-494)

De outra parte, o segundo entendimento mencionado tem a ver com a oportunidade de abranger num mesmo conjunto analítico os dois conflitos mundiais e o intervalo entre eles: *“diversos autores postularam a hipótese de que o mundo padeceu, no século XX, de uma ‘Segunda Guerra dos Trinta Anos’, entre 1914 e 1945”* (COGGIOLA, 2015). Entre esses autores, Eric John Hobsbawn (1995, p. 58), mais precisamente, caracterizou a “Guerra dos Trinta e Um Anos”, compondo um período por ele denominado Era da Catástrofe, *“os 31 anos desde o assassinato do arquiduque austríaco em Sarajevo até a rendição incondicional do Japão”*.<sup>10</sup> E Hobsbawn descreveu um traço marcante daquele período, qual seja, a perigosa

ameaça às instituições liberais que então vicejou no mundo:

Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara. (HOBSBAWN, 1995, p. 115)

Não é difícil perceber que as ameaças à democracia se apresentam como um elemento deveras perturbador também em nossos dias. Resta-nos cultivar a esperança de que os eventos preocupantes ora em andamento não reproduzam a sedimentação de uma tendência mundial comparável àquela identificada no período iniciado cerca de um século atrás, e com justeza chamado por Hobsbawn como a Era da Catástrofe.

### Fontes e Referências

ARARIPE, Luiz de Alencar. Tratado de Versalhes (1919). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BOND, Ian. The West knows the cost of appeasement. We can't rule out any option for stopping Putin. **The Guardian**,

- Terça-feira, 22 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/feb/22/west-appeasement-putin-russia-ukraine>.
- BOUVERIE, Tim. **Negociando com Hitler: a desastrosa diplomacia que levou à guerra**. [livro eletrônico]. São Paulo: Planeta, 2020.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A Segunda Guerra Mundial: causas, estrutura, consequências**. [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.
- FERGUSON, Niall. **A guerra do mundo: a era de ódio na história**. São Paulo: Planeta, 2015.
- HARRIS, Robert. **Munique**. São Paulo: Alfabeta, 2018.
- HOBBSBAWN, Eric John Ernest. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- MACMILLAN, Margaret. **Paris 1919: six months that changed the world**. New York: Random House, 2003.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.
- Neville Chamberlain's "Peace For Our Time" speech. EuroDocs: Online Sources for European History. Disponível em: [https://eudocs.lib.byu.edu/index.php/Neville\\_Chamberlain%27s\\_%22Peace\\_For\\_Our\\_Time%22\\_speech](https://eudocs.lib.byu.edu/index.php/Neville_Chamberlain%27s_%22Peace_For_Our_Time%22_speech).
- PARKER, Robert Alexander Clarke. **The second world war: a short history**. Revised edition. [livro eletrônico]. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- PISANI-FERRI, Jean. **Crunch Time for Europe's Economic Sanctions. Project Syndicate – The World's Opinion Page**, 29 de março de 2022. Disponível em: [https://www.project-syndicate.org/commentary/crunch-time-for-eu-economic-sanctions-against-russia-by-jean-pisani-ferry-2022-03?utm\\_term=&utm\\_campaign=&utm\\_source=adwords&utm\\_medium=ppc&hsa\\_acc=1220154768&hsa\\_c\\_a\\_m=12374283753&hsa\\_g\\_r\\_p=117511853986&hsa\\_ad=499567080225&hsa\\_src=g&hsa\\_tgt=dsa-19959388920&hsa\\_kw=&hsa\\_mt=&hsa\\_net=adwords&hsa\\_ver=3&gclid=EA1aIQobChM1p4OvuavGAIVAduRCh2vdwdREAAyAAEgK8OPD\\_BwE&barrier=accesspaylog](https://www.project-syndicate.org/commentary/crunch-time-for-eu-economic-sanctions-against-russia-by-jean-pisani-ferry-2022-03?utm_term=&utm_campaign=&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=1220154768&hsa_c_a_m=12374283753&hsa_g_r_p=117511853986&hsa_ad=499567080225&hsa_src=g&hsa_tgt=dsa-19959388920&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gclid=EA1aIQobChM1p4OvuavGAIVAduRCh2vdwdREAAyAAEgK8OPD_BwE&barrier=accesspaylog).
- SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SOUZA, Rogerio de Oliveira. **Alemanha nazista e Rússia de Putin: o que a história nos ensina. Consultor Jurídico (ConJur)**, 31 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jan-31/rogerio-souza-alemanha-nazista-russia-putin>.
- solini, pela Alemanha e pela Itália definiram, durante o mês de setembro de 1938, os termos do Tratado de Munique. Franceses e ingleses, pressionados para sustentar uma política de paz na região, passaram a defender concessões para o Nacional-Socialismo como forma de arrefecer as exigências e ações nazistas e fascistas. [...] Saudado por parte da imprensa europeia, Chamberlain acreditava que sua política de apaziguamento garantiria nova tranquilidade à Europa". (SAES; SAES, 2013, p. 402-403).
- 4 Não obstante quão terrível seja esta descrição, a Segunda Grande Guerra, como sabido, seria muito pior: "suas perdas são literalmente incalculáveis, e mesmo estimativas aproximadas se mostram impossíveis, pois a guerra (ao contrário da Primeira Guerra Mundial) matou tão prontamente civis quanto pessoas de uniforme, e grande parte da pior matança se deu em regiões, ou momentos, em que não havia ninguém a postos para contar, ou se importar. As mortes diretamente causadas por essa guerra foram estimadas entre três e quatro vezes o número (estimado) da Primeira Guerra Mundial [...]" (HOBBSBAWN, 1995, p. 50).
- 5 De fato, como observou Hobsbawn (1995, p. 38), "tecnicamente, o Tratado de Versalhes só se refere à paz com a Alemanha. Vários parques e castelos reais nas vizinhanças de Paris deram seus nomes aos outros tratados: Saint-Germain com a Áustria; Trianon com a Hungria; Sèvres com a Turquia; Neuilly com a Bulgária". Convém também lembrar que, em Paris em 1919, "os vencidos não foram chamados a participar das negociações de paz" (ARARIPE, 2012, p. 220).
- 6 Observe-se que a essência deste último argumento de Keynes, elaborado em sua crítica à desmedida das reparações estabelecidas no Tratado de Versalhes, não deixará de estar também presente, no contexto da atual Guerra da Ucrânia, na discussão acerca das sanções econômicas aplicadas pelo Ocidente contra a Rússia de Putin. Neste final do primeiro quarto do século XXI, uma ilustração dos vínculos econômicos lembrados por Keynes em 1919 poderia ser identificada na dependência energética da Europa com relação à Rússia; a esse respeito, como um exemplo escolhido aleatoriamente dentre a profusão de comentários disponíveis, ver o artigo intitulado *Crunch Time for Europe's Economic Sanctions*, de Jean Pisani-Ferri, publicado em 29 de março de 2022 no site *Project Syndicate – The World's Opinion Page*

(cf. PISANI-FERRI, 2022). Pisani-Ferri, como se lê na publicação mencionada, é “a senior fellow at the Brussels-based think tank Bruegel and a senior non-resident fellow at the Peterson Institute for International Economics, [and] holds the Tommaso Padoa-Schioppa chair at the European University Institute”.

7 Nos exemplos fornecidos por Alencar Araripe das críticas ao Tratado de Versalhes, constou, por exemplo, o seguinte: “A revista *Time* de 14 de junho de 2000 publicou uma lista sob o título ‘As 100 piores ideias do século’. Contrapartida a um repertório de grandes realizações do século XX, a lista é heterogênea e inclui invenções fracassadas, decisões estúpidas, erros altamente embaraçosos; nela figura o Tratado de Versalhes” (ARARIPE, 2012, p. 233).

8 “Fiel às sombrias previsões que fizera [expostas no seu livro de 1919, mencionado anteriormente no texto-JFM], Keynes aplicou dinheiro próprio e de amigos. E perdeu. A Alemanha se recuperou muito mais rapidamente do que seria possível prever: em 1933, Hitler cancelou o pagamento das reparações

e desencadeou uma economia de guerra” (ARARIPE, 2012, p. 232).

9 Não será demais ressaltar que o exposto até aqui traduz apenas um recorte parcial dos processos que marcam o evoluir histórico no período considerado. Por conta das limitações no dimensionamento de um breve texto como este, nada foi comentado, por exemplo, acerca da emergência dos Estados Unidos como nação líder e, tampouco, do avanço do comunismo no contexto internacional, importantes condimentos daquele evoluir.

10 Como seria de esperar, as periodizações e análises diferem de autor para autor. Por exemplo, Niall Ferguson, em livro dedicado ao que denominou “a era de ódio na história”, expande esse recorte temporal e sugere uma “guerra de cinquenta anos”: “[...] falar de uma ‘Segunda Guerra dos Trinta Anos’ é subestimar a escala das convulsões sociais, pois na verdade a era do verdadeiro conflito global se iniciou dez anos antes de 1914 e terminou oito anos depois de 1945. [...] No fim, decidi localizar a guerra do mundo entre duas datas: 1904,

quando os japoneses deram o primeiro golpe eficaz contra o domínio europeu no Oriente [Guerra Russo-Japonesa, de 1904-1905-JFM]; e 1953, quando o fim da Guerra da Coreia criou uma linha na península Coreana, correspondente à Cortina de Ferro que já fora criada em toda a Europa Central” (FERGUSON, 2015, p. 71-72).

(\*) Professor Titular Sênior da FEA/USP.  
(E-mail: [jflaviom@usp.br](mailto:jflaviom@usp.br)).